

As Águas de São Paulo: Um Deficit Cultural Paulistano

Daniel Escorel
DOI - 10.25160/v5i2.d5



Rio Pinheiros durante a enchente de 1929 - ELETROPAULO, A Cidade da Light - V.II - 1899-1930, pg. 243

Abundante e salutífera era a água desses campos. Fontes numerosas, na encosta dos morros, nos desarranjados para onde davam os fundos dos quintais de todas as casas, forneciam o suficiente para os gastos domésticos e para as obras.

O acesso para a água dos ribeiros, no perímetro da cidade nascente, era difícil; mas bem se escusavam águas de rio descendo encostas íngremes, ou talhadas em degraus, onde tão abundantes eram os olhos e minas d'água de que não poucos existem ainda guardando a boa fama de outrora.

Teodoro Sampaio *São Paulo no tempo de Anchieta - 1897*

Introdução

A região em que se situa a metrópole de São Paulo desde sempre foi gravada por uma vasta malha de rios, ribeirões, córregos e riachos por onde corre água constante e abundante, formadora daquilo que se conhece pela Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - um ecossistema ancestral e de vital importância para o equilíbrio não somente do território do Estado de São Paulo, mas também de suas regiões vizinhas. Em toda a hidrografia do continente Sul-Americano nenhum rio considerável como o Tietê tem as cabeceiras tão próximas ao oceano, e seus diversos cursos d'água, correndo para dentro do continente e sobre os quais se estende hoje o município e a metrópole capital paulista, foram até muito pouco tempo atrás a base do desenvolvimento de sua sociedade.

Grandes rios do Estado de São Paulo cruzam o território da cidade, advindos de outras localidades e conectando-a com o restante do Estado e do Brasil. Igualmente, devido à geografia propícia da região, diversas nascentes brotam por entre as encostas paulistanas e escorrem por seu território para encher nos vales os córregos, ribeirões e os rios médios - que encherão por sua vez os rios maiores como os mais conhecidos Rio Tamanduateí, o Rio Pinheiros e o Rio Tietê.

Atualmente, entretanto, a megalópole que congrega diversos municípios em uma das maiores manchas urbanas do mundo, não entretém um relacionamento saudável com seus cursos d'água. Vítima de um processo de urbanização voraz, descontrolado e pouco planejado, a cidade está no centro da mais recente crise hídrica do país e o fornecimento de água potável aos seus mais de 20 milhões de habitantes para diversos usos não está assegurado. Obras emergenciais são realizadas pela empresa de economia mista e capital aberto que detém a concessão dos serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a Sabesp, sem maiores consultas à população ou aos órgãos de fiscalização ambientais, indo buscar a água necessária para matar a sede de São Paulo cada vez mais longe e estendendo o lastro da crise para regiões vizinhas de maneira irresponsável e absolutamente não sustentável, deixando de agir sobre as reais causas do problema.

A descaracterização do território de São Paulo, de sua paisagem, de seus recursos naturais, flora e fauna é das mais brutas e emblemáticas do processo de urbanização da periferia global. A grande quantidade de água presente no território, sempre intrínseca à cultura dos paulistas, é hoje quase obsoleta. O déficit cultural é grande em seu escopo. Pouco resta da beleza, esplendor e diversidade das matas e rios e toda a fauna que deles vivem. Para a riqueza e abundância hídrica ímpares: o desconhecimento e consequente

indiferença e ignorância da população. Para esses muitos caminhos d'água que serpenteiam todo o terreno, como grandes intestinos das coisas que são: o esgoto. E até mesmo ao esgoto, essa tão rica matéria prima, nada mais do que o descaso.

O assunto felizmente recebe progressiva atenção e ganha aos poucos força pela ação de diversos coletivos e grupos que, realizando um importante trabalho de investigação, levantamento e conscientização são atores vitais na reeducação do olhar paulistano sobre seus recursos.

Tendo em vista a degradação do meio ambiente em várias partes do mundo, e por entre diversos e subsequentes acordos internacionais sobre as mudanças climáticas, os debates se intensificam. O Brasil é neste sentido alvo das atenções por possuir grandes reservas hidrográficas e vegetais, com rica fauna e flora, ao mesmo tempo em que é alvo de duras e justificadas críticas pela má conservação e utilização destes mesmos atributos. O Brasil detém 12% das reservas de água doce do planeta, perfazendo 53% dos recursos hídricos da América do Sul.¹ A realidade de crise e estresse hídrico da maior e mais rica cidade do Brasil é apenas mais um alerta para a urgência da mudança e da necessidade de novos paradigmas.

Entendendo o processo de urbanização no Brasil como produto e instrumento da expansão capitalista neoliberal em um contexto pós-colonial do Sul Global, este artigo se propõe a apresentar as origens do câmbio cultural da urbanidade brasileira em relação à percepção de seu espaço, a construção de sua sociedade, a conservação e uso de seus recursos naturais e à construção de recursos e ativos culturais. Inscreve-se neste panorama, com acentuada força na cidade de São Paulo, a forçada inserção do modelo rodoviário no país, essencial para o processo de degradação ambiental e cultural sob o qual nos debruçaremos. A velocidade do automóvel e seu reino sobre todas as outras formas de entender os processos que se desenrolam dentro do tecido urbano é paradigma que já tarda a ser superado.

Apreciaremos assim as origens e as possíveis respostas para a crise hídrica atual no Brasil, através do emblemático caso de São Paulo como fio condutor de nossa reflexão; buscando apresentar e tipificar a formação do quadro de crise atual; considerando suas variantes técnicas, econômicas, políticas e sociais para caracterizá-lo antes de tudo como um quadro de crise cultural.

¹ Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2016.

Trabalhando com conceitos de paisagem, espaço e lugar, analisaremos o processo de acelerada alteração e sobreposição de paisagens no território da cidade. O habitante da cidade de São Paulo, ou qualquer outro indivíduo que venha exercer cidadania nesta cidade hoje em dia, pouco conhece da formação de seu vasto território, não entende sua paisagem em sua amplitude, e por isso padece de um déficit cultural que não lhe permite se apropriar do mesmo e de tomar parte ativa dos diversos processos inerentes a seu tecido no que toca à gestão de recursos que em última instância lhe dizem respeito direto à sobrevivência. É claro que é das principais características das grandes cidades a rapidez e a incongruência com qual se sobrepõem as paisagens, sendo na grande maioria dos casos difícil um amplo acesso e conhecimento às mutações do território. Entretanto, no que toca a questão da água, e em tempos cada vez mais críticos, parece de vital importância a desconstrução das paisagens dadas, na busca de um conhecimento emancipatório.

Trata-se de uma questão que adentra a esfera dos Direitos Humanos, a noção de Patrimônio Natural, Patrimônio Cultural, e à mais recente noção de Direitos da Natureza. Questões que orientam à implicação da construção de um ambiente cultural, sobreposto a e imbricado com o ambiente natural, e conseqüentemente um modo peculiar de influenciar a natureza e deixar a marca humana sobre ela. (Franco, 2015: 158).

Estas reflexões e problematizações urbanas encontrarão eco e algumas respostas na arte, na medida em que através das diversas possibilidades que suas também diversas práticas permitem, desenvolvem-se conceitos ligados intimamente às noções de experiência, memória e identidade - conceitos-chave para a compreensão de um território.

A dicotomia entre Natureza e cultura será aqui então entendida como constitutiva do meio ambiente humano, e a espécie humana produto tanto da natureza quanto de sua própria cultura, de modo que se defenderá no presente escrito que a compreensão da paisagem de um território é questão chave para a produção e manutenção de uma cultura urbana contemporânea e cidadã. Um viver urbano ativo e cidadão, da atenção, do afeto e da consciência só podem advir de processos culturais e educativos que tenham a capacidade de alterar profundamente a percepção do espaço e da construção do espaço que o cidadão das grandes cidades brasileiras é induzido a ter atualmente.

Milton Santos diz, ao pensar o espaço do Homem, que considerada em um ponto determinado no tempo, uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. A paisagem, assim como o espaço, altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade. A forma é alterada, renovada, e suprimida para dar lugar a uma outra forma. Os movimentos da totalidade social, modificando as relações entre os com-

ponentes da sociedade, alteram os processos, e incitam por sua vez à novas funções. Do mesmo modo, "as formas geográficas se alteram ou mudam de valor; e o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade". (Santos, 1982: 55).

Recriar a percepção do cidadão das cidades brasileiras para com seu território, dando a conhecer toda a vastidão de sua composição, de suas formas e valores, fornecendo-lhes os instrumentos culturais necessários à sua apropriação tem caráter de urgência. Discutir os rios da cidade de São Paulo é discutir cultura, identidade, meio ambiente, patrimônio, economia e inovação. A situação crítica da disponibilidade atual de água potável para suprir a demanda crescente contrasta com os vastos recursos mal aproveitados existentes no interior da própria metrópole. Sofre-se de uma alarmante crise hídrica no presente, enquanto cheios estão os rios e abundantes ainda são as nascentes por entre as encostas. Sujos os primeiros, é verdade, mas cheios. E em grande quantidade límpidas as outras, gotejando e logo correndo para um buraco que não parece ter fundo. Para acabar com a lógica de deseconomia e insustentabilidade, ao buscar a água cada vez mais longe, a mudança da percepção para com os recursos negligenciados do território e o bom uso dos mesmos é fundamental.

Da ação humana na geografia física

O geógrafo Élisée Reclus, em suas importantes reflexões sobre o sentimento da natureza nas sociedades modernas e sobre a ação humana na geografia física, publicadas na renomada revista francesa *Revue des Deux Mondes* já no ano de 1864, disse que qualquer que seja a liberdade relativa conquistada por nossa inteligência e vontade próprias, nós, enquanto seres humanos, não deixamos de ser produtos do planeta: ligados à sua superfície como imperceptíveis animálculos, somos arrastados em todos os seus movimentos e dependemos de todas as suas leis. (Reclus, 2010: 51).

Embora talvez não tanto imperceptíveis, nos utilizamos, durante toda a história, dos recursos naturais do planeta para satisfazermos nossas necessidades e intenções, de diferentes maneiras e intensidades de acordo com o crescimento populacional e segundo aquilo que os avanços tecnológicos até aqui permitiram.

Sob o imperativo da adaptação às características do solo onde vive-se, a cultura humana se desenvolve e se organiza em um diverso leque de saberes e práticas ligadas, em um primeiro momento, diretamente às básicas e urgentes necessidades vitais à sobrevivência da espécie. A agricultura e a criação de animais, a escrita, a fabricação e o uso de metais, foram surgindo em locais e momentos diferentes, gradualmente, e adaptadas às

distintas realidades do planeta e as condições particulares de cada povo. Assim, a adaptação humana passa a depender cada vez mais da cultura que produz, da maneira como molda e domina os recursos do meio que o circunda e em última instância das marcas que deixa, fazendo com que sejam um produto tanto da natureza quanto de sua própria cultura. (Franco, 2015: 158). É da conjunção um tanto complexa entre o ambiente cultural e o ambiente natural que se forma o ambiente humano.

A construção de uma ética ambiental ampla, capaz de dar sentido às relações entre os humanos e o mundo da cultura, construído por eles mesmos, e entre os humanos e o mundo natural, produto do processo evolutivo, passa pelo debate sobre a questão dos limites da ação humana, bem como pela reflexão sobre os direitos humanos e os direitos da natureza. A vida dos humanos em sociedade implica o estabelecimento de regras e normas, numa ordem imposta coercitivamente ou pactuada, que orienta a convivência entre os indivíduos. (Franco, 2015: 173). É no marco das legislaturas nacionais e do Direito Internacional que se forjam e se fortalecem as bases necessárias para a mudança de paradigmas na esfera jurídica, trabalhando-se progressivamente para controlar e planejar a prática humana e seu impacto sobre o ambiente natural, buscando requalificar a cultura que se produz, de modo a que essa seja cada vez mais simbiótica com o meio no qual se dá e se projeta.

Pode o Direito da Natureza ainda parecer uma grande abstração para muitos, na medida em que se altera a centralidade do homem na questão toda, advogando-se pelo equilíbrio de outros entes que não ele mesmo. São entretanto, de caráter vinculante à Natureza os direitos do homem que vão além das gerações dos direitos civis e dos direitos sociais, transcendendo o indivíduo, grupos humanos específicos ou mesmo um determinado Estado. São os chamados direitos de terceira geração, direitos difusos: o direito ao desenvolvimento, o direito ao meio ambiente equilibrado, o direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade, o direito à paz, e o direito de comunicação. Tratam-se de marcos regulatórios que expressam da necessidade de fortalecer os laços de solidariedade entre os humanos, de ajustar o desequilíbrio estrutural do funcionamento de diversas sociedades em relação à seus "habitats naturels", e de reconstruir marcos culturais. Fica claro que o patrimônio natural e o patrimônio cultural estão indissolúvelmente ligados. É essa lógica que permite pensar que é a partir da consideração ética do mundo natural e da atribuição de direitos à natureza que se poderá garantir a perpetuação da vida humana e do patrimônio cultural.

É Reclus também que designa os humanos como verdadeiros agentes geológicos: transformando de diversas maneiras a superfície dos continentes, mudando a economia das águas correntes à seu sabor, modificando os próprios climas. (Reclus, 2010: 52).

São Paulo e o Século XX

Ao falarmos aqui de um déficit cultural, devemos pensar sobre o quanto perdeu-se do patrimônio cultural paulistano com a rápida e brutal deterioração do patrimônio natural ao longo do Século XX. Embora seja natural que as paisagens se sobreponham no passar do tempo e ao longo do desenvolvimento de toda sorte, é evidente que diversas práticas humanas ligadas intrínseca e diretamente ao funcionamento e equilíbrio do ambiente natural se extinguem à medida que este último é rebaixado progressivamente à marginalidade nas práticas humanas urbanas no Brasil.

O processo de afastamento dos rios da cidade de seus cidadãos e do cotidiano da vida pública em São Paulo é icônico. Se em um primeiro momento o problema sanitário decorrente do rápido crescimento da população e da expansão da urbanização do território foi uma de suas principais causas, é justamente ao assumirem a principal e única função de escoar para longe da vista da cidade toda sua podridão, toda sua matéria orgânica desperdiçada e mal despejada que se perpetua o efetivo divórcio, tirando de vez (sempre com violência, como bem define a cartilha brasileira) os rios e córregos da paisagem. Uma vez tirados da vista e sobrepostas então as barreiras que representavam à expansão da cidade, os cursos d'água deixaram efetivamente de ocupar o espaço privilegiado no imaginário coletivo da sociedade e passaram a receber cada vez maiores quantidades de esgoto não tratado da cidade. Assim, os rios de São Paulo são hoje caracterizados como grandes esgotos a céu aberto, e a outra maioria tampados sob as ruas, evidenciando a incapacidade da cidade de aliar progresso econômico e desenvolvimento industrial à consciência e equilíbrio ambiental e cultural. Mudaram-se as superfícies: as economias das águas, agora com seus cursos naturais e períodos de transição modificados e controlados, geram desconhecimento e deseconomia.

Na cidade de São Paulo atualmente, consome-se 69 mil litros/segundo por habitante da água que é fornecida pela Sabesp e mais 10 mil litros de águas subterrâneas, gerando mais de 63 mil litros de esgoto por segundo, dos quais apenas 18 mil litros são tratados.² A cidade de São Paulo, e a Bacia do Alto Tietê, onde se situa, muito embora tenha estimados mais de 3.000 km de cursos d'água correndo dentro de seu território, tem uma disponibilidade hídrica atual de aproximadamente 200 metros cúbicos por habitante/ano, abaixo do nível considerado crítico pelas Nações Unidas, que é de 1.700 metros cúbicos habitan-

² VOLUME VIVO - Episódio 2: A Água de Dentro / 11'50"- Documentário, 2016.

te/ano³. Uma parcela substancial do potencial de recursos hídricos superficiais das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí é revertida, através do Sistema Cantareira, para a bacia do Alto Tietê aumentando significativamente esta capacidade mas ainda assim operando o sistema sempre em seu limite. A região metropolitana tem aproveitamento máximo da oferta de água, opera no limite do sistema, mesmo com a importação, e não tem reserva estratégica. O Sistema Cantareira é o principal produtor de água potável da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), sendo responsável pelo abastecimento de aproximadamente 50% de sua população.⁴

O coeficiente do conjunto de decisões e escolhas políticas mercantilistas à revelia do interesse e bem coletivo, é o atual cenário em que o espaço natural de funcionamento e existência dos rios da cidade tornaram-se em sua grande maioria autopistas asfaltadas. Os cursos d'água foram em sua grande maioria canalizados e encontram-se hoje em galerias subterrâneas sob as ruas ou isolados entre pistas expressas de automóveis. As várzeas dos rios, espaço natural de transição do leito maior destes, foram aterradas e loteadas e hoje são área densamente construída na cidade. É dizer então que a água dos rios que corre abundante por dentro do território da cidade de São Paulo, formando extensa malha hidroviária por sobre todos os municípios que compõe a metrópole, é água puramente negligenciada com a única função de empurrar esgoto. Esta extensa malha, das fontes primárias e mais naturais aos cidadão da cidade, se encontra invisibilizada pelo urbanidade do automóvel que lhe foi imposta. As áreas de várzeas e fundos de vale naturais da geografia local são áreas de importantíssimo potencial hídrico usurpadas por usos que pouco atendem ao real interesse público no longo prazo.

O mais importante e emblemático ator neste processo é sem dúvida alguma o automóvel e a massiva entrada de sua cultura nas urbes brasileiras a partir dos anos 1930. A instalação e expansão da indústria automobilística no Brasil é chave na compreensão da rápida alteração da paisagem de São Paulo. A velocidade que imprime o automóvel à cidade vem acompanhada de uma necessidade crescente de mais e mais espaço, de maneira que o tecido urbano - liderado pelo poder público em direto conchavo com interesses privados na típica simbiose do poder no Brasil - sofre aceleradas alterações em sua forma. A mais importante indústria, símbolo do progresso-modelo das maiores cidades norte-americanas toma seu espaço com força, passando por cima de maiores discussões, plane-

³ UN Water - Facts and Trends / http://www.unwater.org/downloads/Water_facts_and_trends.pdf

⁴ Agência das Bacias PCJ - Disponibilidade Hídrica - Águas Superficiais, 2017.

jamentos ou projeções. Paralelamente, o crescimento populacional da capital econômica do país sofre um *boom*, acrescido principalmente pelas migrações e pelo êxodo rural. O modelo de cidade nova já está a esse momento escolhido pela elite paulistana e ele é sem sombra de dúvidas o modelo estadunidense de expansão urbana.

O muito famoso Plano de Avenidas da cidade de São Paulo, projeto de sistema viário estrutural proposto pelo engenheiro civil Prestes Maia e também por Ulhôa Cintra nas décadas de 1920 e 1930 para São Paulo estruturou o crescimento da cidade ao longo das décadas seguintes. Efetivado a partir de 1938, o Plano de Avenidas realiza uma série de demolições para a realização de transformações bastante relevantes na estrutura da cidade. O crescimento da cidade para além do Triângulo Central impunha a transposição dos dois rios que cercam lateralmente a colina onde nasceu São Paulo (Anhangabaú e Tamanduateí), resultando em projetos marcantes para o período. Além dos parques associados ao vale do Anhangabaú e à várzea do Tamanduateí, esses projetos apresentavam novos padrões de viários, com seus viadutos e novas configurações para as antigas ruas do centro colonial. (Anelli, 2007).

A implantação de uma política "rodoviarista" e a aproximação da elite paulista aos Estados Unidos e a seu modelo industrial " são sem dúvida alguma fatores políticos de grande relevância para a contextualização do período. O surgimento do culto ao automóvel como sinal de modernidade é contemporâneo ao projeto do engenheiro, que apoiado pelos setores industriais mais gananciosos, chegou à efetivar-se prefeito da cidade em 1938. O chamado "rodoviarismo" assume um papel que transcende a forma de organização técnica do território, revelando seu caráter de diretriz econômica e política que disputava a hegemonia no país então. Coerente com essa visão política, o projeto de Prestes Maia propunha a mobilidade baseada nas vias para transporte sobre pneus, a qual viria a se tornar o principal atributo estrutural da expansão da cidade. (Anelli, 2007)

O caminho mais natural que desde sempre conectara a cidade, ou seja, o caminho dos cursos d'água, que naturalmente transpunham as barreiras postas pelos diversos acidentes, barracos, morros e colinas do território, pelas várzeas e fundos de vale, foram assim usados como caminhos para a imensidão de carros que começava a circular pela cidade, alterando para sempre a lógica dos cidadãos para com o seu espaço. As margens dos rios maiores, que continuaram abertos, também deram progressivamente lugar à largas avenidas expressas, as Marginais, e mesmo o simples acesso e a possibilidade de aproximação da população aos cursos d'água foram sendo cada vez mais limitados.

O modelo de urbanização latino-americano

A urbanização do Brasil neste momento deve ser entendida claramente para além de uma simples consequência do crescimento econômico, mas como um dos principais instrumentos e motores do mesmo. Assim como a China contemporânea sustentou índices de crescimento na casa dos dois dígitos durante quase duas décadas ao urbanizar massivamente o país, a urbanização da América Latina como um todo se insere em um quadro econômico mundial bastante particular. Entretanto, o quadro latino-americano difere do caso asiático, e as raízes coloniais mais profundas estabelecem as linhas maiores e tipificam a totalidade do processo.

Manuel Castells diz que a discussão da temática relativa à cultura urbana toca naquilo que é o sistema de comportamentos característicos da sociedade industrial e, mais concretamente, da sociedade industrial capitalista. De maneira geral, identifica-se urbanização com industrialização, ao tornar equivalentes os dois processos ao nível dos indicadores utilizados para construir as dicotomias rural/ urbano e ocupação agrícola/ ocupação industrial.

Castells continua:

"A aceção culturalista de urbanização assenta num pressuposto que é a correspondência entre um determinado tipo de produção, definido pela atividade industrial, um certo sistema de valores (o 'modernismo') e uma forma particular de implantação espacial, a cidade, cuja característica decisiva é a sua dimensão. A estrutura urbana exprime a estrutura de classes de sociedade e , ao mesmo tempo, o dinamismo urbano transforma-se , de modo mais ou menos mediado, em dinamismo de luta de classes."(Castells, 1984: 85).

Tendo brevemente nos debruçado sobre o modelo ideológico imprimido à cidade de São Paulo, fruto de interesses de elite internacionalmente alinhados, temos espaço para considerar aqui a penetração acelerada de formas sociais estrangeiras de organização do espaço em contextos pós-coloniais e sob a condição geral de dominação, sob a nomenclatura do subdesenvolvimento dentro do sistema capitalista internacional e sua inserção na estrutura geral do sistema.

É ainda Castells que clarifica a noção de que a urbanização nos países subdesenvolvidos deve ser estudada em relação com a investigação do "subdesenvolvimento", uma

vez que é de conhecimento que o mesmo não é senão uma das faces de uma mesma estrutura, da qual também faz parte o desenvolvimento. A urbanização das cidades “subdesenvolvidas” no continente latino-americano insere-se claramente em um contexto de produção de riquezas para a centralidade do sistema global e da história de usurpação do espaço público e deterioração do meio ambiente que se repete e prevalece na periferia.

Uma breve passagem da geógrafa Odette Seabra, presente no livro de fotografias de São Paulo organizado pela Eletropaulo, “A Cidade da Light - 1899-1930”, e descrevendo a grande enchente do Rio Pinheiros de 1929, exemplifica a maneira como o território da cidade foi sendo usurpado e organizado à maneira que lhe impunha o mercado: "Terminada a enchente, a *Light* (companhia canadense que a partir de 1901 deteve a concessão dos transportes coletivos na capital e posteriormente se tornou responsável pela geração e distribuição de energia elétrica), com grande poder de influência sobre a administração pública, pôde demarcar as áreas de concessão segundo a lógica de seus negócios. Os moradores das várzeas (as áreas de cheias periódicas dos rios, ocupadas principalmente pelas populações mais pobres), muitos deles charparreiros, oleiros, tiradores de areia dos rios Grande e Pinheiros, defrontaram-se com a companhia em duros e longos embates que envolveram inúmeros processos de desapropriação."⁵

O livro ainda relata que com os grandes proprietários de terra, como a *Cia. City* (empresa canadense responsável pela construção e loteamento de bairros como o Alto de Pinheiros, Pacaembú, Morumbi e Lapa), *Cidade Jardim*, *Instituto Butantã*, *Villares*, a companhia *Light* entrou em complicados acordos. Permutas e aquisições de terra foram a tônica dessas relações. A *Light* mobilizou todos os proprietários da zona da enchente por uma área de 25 milhões de metros quadrados. E ao final dos processos que instaurou a seu favor, tornara-se proprietária jurídica de 21 milhões de metros quadrados de terrenos das várzeas do Rio Pinheiros.

No seio da urbanização à galope, o setor imobiliário começa a tomar o caminho das proporções que possui hoje na cidade - sempre entremeado à administração pública. Decorre, como sabemos, da promiscuidade dos interesses privados com a esfera pública a fragilidade das instituições, a fragilidade e flexibilidade da regulamentação e legislação frente aos mais diretos e imediatistas interesses privados. Decorre deste quadro igualmente a alteração cavalgar do espaço da cidade, sua paisagem e estrutura mutante.

⁵ ELETROPAULO, A CIDADE DA LIGHT: 1889-1930 The City of the Light Company, Volume II, 1990, p.242.

A paisagem e sua topografia política

Falar da hiper-alteração da forma aqui é interessante para compreender o câmbio na percepção da paisagem. Nos interessamos primeiramente pela alteração radical dos cursos dos rios e suas margens e seu enclausuramento em galerias por sob avenidas e ruas. A constante mutação destas paisagens chega ao surpreendente resultado de que hoje estes mesmos cursos d'água sejam quase sempre desconhecidos dos cidadãos da cidade. Ora, afinal muitos cidadãos já nasceram em uma cidade onde não existem muitos rios. Os poucos que existem são aqueles grandes canais no meio das autopistas marginais, por onde se passa apenas de carro, preferencialmente com os vidros fechados. Ao longo das últimas décadas ensinou-se muito pouco, por exemplo, sobre a água da cidade. Falou-se sim sobre como os rios - o inescapável Tietê, e o querido Pinheiros - são sujos e de como é preciso limpá-los. A discussão porém quase sempre terminou por aí. Sepultou-se São Paulo como a cidade feia e cinza, antes mesmo de sua morte. São de fato muito raras as oportunidades que os cidadãos terão de entrar em contato direto com a natureza dos rios, algo que lhes é de direito. À margem da vida da sociedade, estes cursos d'água possuem hoje forma que já pouco lembram a de um rio como bem se conhece e se ensina aos menores. Não podem afinal ser rios.

Considerar a alteração constante e acelerada da paisagem em São Paulo passa necessariamente pela apreciação de um paradigma-fetiche do paulistano: a demolição. Os cidadãos da cidade se acostumaram a verem sua história e arquitetura sumirem da noite para o dia. A capacidade que tem a cidade de sobrepor-se a si mesma muito é reflexo direto da maneira como ali se tecem as relações sociais, de habitude das mais perversas, onde sobrepõem-se os mais fortes sobre os mais fracos, dominantes sobre dominados; como bem deve ser em um harmonioso funcionamento onde a grana grita sempre mais forte e a constante realização de obras monumentais e estruturais servem a seu propósito.

O sociólogo francês Jean-Marc Besse desenvolve uma interessante análise sobre o espaço público como paisagem estudando as características materiais e práticas dos espaços urbanos e aquilo que veiculam. Besse nos lembra que uma paisagem é o logro de escolhas topográficas e políticas precisas - a testemunha de reflexões e ideias distintas sobre o conviver. Assim, uma paisagem ilustra e influi sobre a maneira como habitamos o espaço. (Besse, 2006: 13). É fruto de reflexões, mas principalmente da organização do desenvolvimento de serviços à sociedade, pelas mãos humanas. O sociólogo ressalta que a paisagem,

conceito antigamente ligado aos espaços naturais, é hoje em dia intimamente ligado ao urbanismo.

De fato, os espaços abertos e comuns em uma cidade são essenciais e determinam a maneira de se fazer sociedade. E por ser atravessado por estas questões, o conceito de paisagem não deve responder à objetivos estéticos, respondendo primeiramente às necessidades sociais e políticas e até mesmo de afeto e conexão entre as pessoas. Efetivamente, a paisagem é um conector entre indivíduos, e estabelece contexto mais ou menos propício à interação e às relações sociais, sejam elas de confrontação ou de fusão, mas sobretudo à exposição da diversidade. É bastante difundida no mundo a prática da transformação dos territórios elaborada em concertação sempre bastante parcial e sem a tomada de decisão democrática. As paisagens urbanas traduzem escolhas políticas, certos valores e certas abordagens sobre a maneira como o humano deve habitar o mundo. Coloca-se a questão sobre a legitimidade para a elaboração das paisagens no espaço público.

Atualmente, a gestão do espaço público é assegurada pela autoridades públicas, em concorrência ferrenha e voraz com o mercado imobiliário e, em menor importância o concertado consenso cidadão. Sabe-se também que sempre essencial se mostrou o controle dos espaços públicos midiáticos e formadores da opinião pública - com a adicionada complexidade dos tempos das comunicações digitais aceleradas. Fato é que não há lugar mais carregado do simbolismo da história, do poder e das relações de força do que a paisagem de uma cidade. Uma paisagem é produto de nossa relação para com o mundo que nos circunda, e essa por sua vez nos influenciará e não será nunca dissociada de nós e nossas práticas, de nossa cultura. Põe-se novamente a ambivalência humana de ser e não ser natureza ao mesmo tempo.

Besse nos serve ainda para refletir sobre o conceito do espaço compartilhado e a maneira que nele se cristalizam noções-chave de nossa identificação, memória e identidade. Na medida em que a cidade e seu espaço público são como espelhos da sociedade, como se confrontar com o antagônico no âmago de sua própria existência? Talvez aí também resida a beleza do embate urbano, mas uma vez que toda e qualquer pessoa deve poder representar sua identidade neste espaço que é público, este ganha também grande e importante dimensão educativa e de mediação.

É a prática do espaço público que pode de maneira constante e insistente resignificar a urbanidade presente. O reconhecimento do outro no seio de nossa realidade é constantemente mediado através da paisagem que percebemos, de maneira que uma construção ou reconstrução concertada e acertada desta mesma passará sempre por uma aproximação

mação a este vizinho incógnito, o conhecido-desconhecido, a paisagem anônima. É com grande certeza que podemos dizer que a incerteza é um dos fatores que melhor definem a realidade urbana, e nisso a criação constante e infinda de uma cidade, muito se assemelha à uma grande obra de arte.

A prática cultural e artística para a resignificação da urbanidade

A 32ª edição da Bienal de São Paulo, realizada no ano de 2016, intitulada *INCERTEZA VIVA* concluiu-se em finais do mês de dezembro daquele ano. O fio de prumo foi a tomada da incerteza como sistema de orientação para o enfrentamento objetivo daquilo que designam-se como as grandes questões do nosso tempo: o aquecimento global e seu impacto em nossos habitats, a extinção de espécies e a perda da diversidade biológica e cultural, a crescente instabilidade econômica e política, a injustiça na distribuição dos recursos naturais da Terra, as migrações globais e a assustadora disseminação da xenofobia. Não é pouca coisa.

Abstendo-nos de qualquer análise crítica de caráter curatorial, bastará-nos a observação de que a pauta mais contemporânea da arte nacional repousa atualmente justamente sobre a simbiose entre o humano e a natureza e toda a miríade de seus conflitos, lutas e injustiças.

Ao pensar a arte como prática crítica, a portuguesa Marta Traquino, em seu livro *A Construção do Lugar pela Arte Contemporânea*, retoma de maneira pertinente o geógrafo estadunidense Edward Soja, que reflete que as estruturas espaciais e sociais estão dialecticamente interligadas na vida social e não apenas capeadas uma na outra como projeções categóricas. Desta ligação vital vem a chave teórica de que a vida social seria materialmente constituída na sua geografia histórica, que as estruturas e relações espaciais seriam as manifestações concretas das estruturas e relações sociais desenvolvidas ao longo do tempo, qualquer que seja o modo de produção. (Traquino, 2010: 51).

Pensar através de uma perspectiva artística a compreensão das diversas camadas que se sobrepõe na paisagem urbana nos leva a pensar assim o papel que o indivíduo e a sua ação direta sobre o território possui dentro da configuração da cidade e qual suareal capacidade de alterar a paisagem à sua vontade e maneira. A arte se apropria de aborda-

gens transdisciplinares que vêm da pesquisa e da educação, mas como as inúmeras formas de raciocínio da arte podem ser aplicadas a outros campos da vida pública?⁶

Naquilo que diz respeito à questão da reestruturação do patrimônio hídrico e ambiental paulistano a arte tem a capacidade de problematizar as relações calcadas sobre pilstras já tão aprofundadas na consciência do cidadão da cidade. A arte, mas sobretudo as práticas artísticas. Aquelas que se dêem no cotidiano da prática urbana e que busque uma efetiva reeducação do olhar do cidadão sobre seus rios, permitindo problematizar a relação da cidade de São Paulo com sua natureza imponente e o lugar desta no inconsciente imaginário coletivo. Para além de complexos arranjos e recortes curatoriais é talvez na prática artística educadora, levada à cabo nas ruas, nas escolas e também nos museus e demais instituições culturais, que residem soluções de grande interesse para a realibitação do território.

A relação de identificação e afeto com a natureza da cidade, a natureza presente em meio à urbanidade, deve ser percebida e instigada. Por que tão pouco se fala sobre os rios de nossa cidade às nossas crianças? Por que não se contam as lendas e mistérios que ali sempre correram para aqueles que aqui vivem e crescem? A reaproximação do cidadão com os entes naturais de maior importância do território é de enorme simbologia, mas sobretudo de maior importância para que qualquer ação no sentido da recuperação seja efetiva. Obviamente, ninguém gosta de ficar perto de água suja e fedorenta. Ainda assim, bastou abrir-se uma ciclovia junto à uma margem do Rio Pinheiros para que esta logo se torna-se um importante aparelho de esporte e lazer. O essencial aqui é que o contato entre o indivíduo e as águas de sua cidade possam existir de maneira fluída, prazerosa e também útil. Só assim será possível a ressignificação do espaço e a configuração de um novo Lugar na medida em que as águas sejam libertadas de suas prisões, hoje tão claramente representadas pelo concreto e asfalto que as cercam ou sufocam em quase sua totalidade e pela poluição que as alteram por completo.

A cultura da cidade de São Paulo, é em sua vasta maioria uma cultura que não reconhece os rios como entidades importantes do território paulistano. Os rios são sinônimo de sujeira, incômodo e feiura nesta que é a cidade mais rica da América do Sul. E o mesmo se estende à maior parte da realidade urbana brasileira. As práticas urbanas no país não permitem. Passamos ao lado de nossos rios em ônibus, carros e motos. Raramente a pé. Sua visão e seu reconhecimento é portanto bastante limitado. Conhecemos mais os nomes das avenidas que cerceiam os rios do que os nomes próprios dos rios.

⁶ 32a Bienal de São Paulo - Incerteza Viva, 2016

Possuímos a cultura das enchentes no verão. A cultura do mau odor que exala dos leitos dos rios abertos em dias quentes. Possuímos a cultura do rio que incomoda. Somos hoje desprovidos da cultura do esporte e do lazer aquático. Somos desprovidos de espaços verdes onde as águas convivam com a flora e fauna naturais de nossa região (patrimônio maior de nossa cidade) e possam existir e estar em contato com os cidadãos. Somos desprovidos da cultura do rio que conecta regiões - tenha-se em conta as dimensões de nosso território - e facilita o transporte. Desprovidos de uma cultura de economia fluvial. Desprovidos da cultura da beleza e exuberância da natureza. Urbanidade e natureza não devem ser necessariamente opostos. Falar de cultura é então falar de educação. Se assim fomos educados, de outra maneira podemos educar. E a arte e as diversas possibilidades que suas práticas oferecem são instrumentos privilegiados nesta empreitada.

A incerteza apresentada aos paulistanos no ano 2016 pela Bienal de São Paulo, o mais importante evento de arte da cidade, apresenta ao menos a interessante noção de que a consideração da incerteza também inclui processos de desaprendizado. E talvez esta seja uma das maiores urgências na cultura pública paulistana. É premente desaprender alguns costumes já tão arraigados sobre aquilo que deve ser o funcionamento da cidade, sobre quais as reais possibilidades da cidade e seu potencial, desaprender as narrativas hegemônicas e a História triunfante desta mesma cidade.

Retomemos novamente Teodoro Sampaio, grande geógrafo brasileiro que dizia no início do século XX, que não havia quem desconhecesse a predominância do Tupi nas denominações geográficas brasileiras. Rios, vales, montanhas, praias, cidades e povoados conservam ainda hoje nomes que a herança indígena deixou.

"Porém, estas denominações geográficas, explicáveis e naturais numa época em que o Tupi era a língua geral ou a mais falada no país, são agora, para as modernas gerações, verdadeiros enigmas que o tempo e o cotidiano vão tornando-as indecifráveis. Preservar e fixar seu significado, vale tanto como resguardar um monumento histórico." (Sampaio, 1901: 63).

Como nos lembra Sampaio, por entre o linguajar cosmopolita de nossa época, perdura a memória indígena nos nomes dos lugares onde a civilização contemporânea hoje ostenta os seus triunfos. Deve-se também atentar à preservação destes nomes, de seu verdadeiro significado, para que bem compreendidos, se firmem na estima pública e sejam verdadeiros agentes ativos dentro do processo de criação de vínculos de afeto com o espaço que

nos circunda na cidade. A discussão sobre o legado da cultura indígena em São Paulo é mais extensa e de outra sorte. Mas o livro *O Tupi na Geografia Nacional*, de Sampaio, indica como um olhar mais atento à história das coisas pode pavimentar a reconstrução de uma cidade mais justa.

Estranhamente, os majestosos rios paulistanos pouco figuram em obras artísticas, não são entoados em cantares, não ressoam nos ouvidos dos cidadãos. Para os cidadãos sua existência é uma e única: esgoto entre avenidas. No extenso vocabulário indígena que dá nome à muitas regiões da cidade, a grande maioria da população é fluente sem quase nem saber, ignorando os signos e simbologias que articula a cada vez que pronuncia os nomes diversos que a língua Tupi deixou como marca. Não se trata de romantismo ou ecologismo exacerbados: conhecer a história dos rios é também conhecer a nossa própria história. E ninguém cuida do que não conhece.

São Paulo, inscrita como está no rol das cidades modernas internacionais, candidata primeira por entre as capitais latino-americanas à toda sorte de prêmios e status ou selos de diversas agências do setor criativo e inteligente, parece dar dos mais burros murros em ponta de faca a cada ano que ignora a questão de seus rios. Os alagamentos e inundações, estes, têm endereço quase sempre certo, e ele não é ditado pelo acaso, como até hoje se parece fazer crer. É prudente repetir: discutir os rios da cidade de São Paulo é também discutir cultura, identidade, meio ambiente, patrimônio, economia, turismo e inovação.

É gratificante entretanto a percepção de que diversas iniciativas começam a articular-se no sentido de colocar a questão da recuperação de nossos rios em pauta e dotar a população de instrumentos técnicos e lúdicos para o conhecimento e trato de sua relação com os rios da metrópole. E a maior parte deles se inserem justamente em praticas educativas e artísticas. A reestruturação da consciência e cultura paulistana passará necessariamente pela mobilização da sociedade e movimentos coletivos e comunitários. Grupos e iniciativas como *Existe Água em SP, Rios e Ruas, Viva Rio Pinheiros- CidadeAzul*, as mais recentes e muito bem montadas exposições *Rios Des.Cobertos* (projeto expositivo resultado do trabalho em conjunto entre o *Estúdio Laborg* e a *Iniciativa Rios e Ruas*, exposto no SESC Vila Mariana e no SESC Carmo); e os importantíssimos trabalhos documentais de Caio Ferraz, *Entre Rios* e *VolumeVivo*, atestam da importante e crescente articulação que se observa em São Paulo. A ação comunitária cultural e artística neste sentido dispõe de instrumentos que transpõe barreiras e permeiam o campo da pedagogia. Pode-se assim tratar de questões complexas de maneira sutil, mas altamente relevante. Propondo questionamentos, chamando a atenção para questões desapercibidas e sempre deixando livres e abertos os caminhos para a resolução do pensamento.

Ninguém desconhece as enchentes e alagamentos da cidade. Mas a maioria ainda desconhece suas razões, e a sociedade como um todo ainda parece ignorá-las. Insiste-se em repetir os mesmos padrões. O noticiário é quase sempre o mesmo, sobrevoando com helicópteros as áreas mais afetadas, dando a ver a infinidade de carros presos em um trânsito submerso e as pessoas a subirem sobre muretas e pontos de ônibus para se protegerem. A necessidade de construir-se piscinões existe. Mas aquilo que deveria efetivamente estar sendo discutido e proposto à sociedade é a progressiva retomada do espaço natural dos rios - a solução sustentável para o problema das cheias dos rios que enchem por sua natureza própria. São processos como as expedições realizadas pelo coletivo *Rios e Ruas*, iniciadas por Luiz de Campos Jr. e José Bueno, que subvertem a lógica imposta e vigente e buscam reestruturar e reconfigurar pensamentos e raciocínios.

A prática artística e cultural deixa claro que é no espaço público que as relações de força e os jogos de poder se dão e é nele que se determinará seu ordenamento e a carga simbólica que lhe é atribuída. A legitimação de grupos sociais e de ideologias passa pela confrontação da pluralidade, que é atravessada também por estes jogos de força, podendo representar violências simbólicas e mesmo físicas. Mas o espaço público tem sua principal função portadora de uma dimensão educativa e pedagógica que é a função e vocação cívica.

Conclusão

Podemos assim, após esta breve reflexão, concluir que a grave crise hídrica pela qual passa a cidade e o Estado de São Paulo é carregada de incoerência e hipocrisia. Afinal, potencial hídrico é o que não falta na cidade. A cultura do automóvel e o câmbio acentuado que esta provoca na relação e na percepção para com o território é central à questão da crise e do desperdício da abundante água presente na metrópole. Muitos dos problemas atuais da cidade de São Paulo possuem relação direta com o uso excessivo, a predileção ao automóvel e a criada dependência a este modal de deslocamento. O acesso desigual à cidade e à moradia, a deterioração e privatização do espaço público da cidade, o desperdício de água e a conseqüente perda do patrimônio hídrico paulistano figuram entre os maiores destes problemas. Não se trata entretanto de problemas e questões de caráter puramente técnico, de engenharia, tratamento de esgoto e das águas, ou apenas uma questão de mobilidade urbana. Trata-se de uma questão complexa e vasta em suas especificidades, mas cultural antes de tudo. Discutir o futuro dos rios de São Paulo é discutir antes de tudo cultura.

É necessário trilhar o caminho da consciência de pertença coletiva e da capacidade da ativação cidadã no seio do espaço público. É justamente o olhar atento, a aproximação insistente que logra a reforma daquilo que por se encontrar tão desforme chega mesmo a sair do radar da percepção coletiva. O problema da poluição dos rios pode assim ser entendido antes como consequência do que causa do divórcio completo com o espaço e com o pacto e comum acordo daquilo que configura o lugar comum na cidade. A arte e suas práticas, muito propícias à retomada e ocupação do espaço público por parte da população, apresenta os melhores instrumentos de ação imediata, com facilitado fluxo e trânsito na sociedade. O espaço público está em constante mutação e as possibilidades de ação são diversas.

Trata-se, sobretudo, de impor limites à ação humana sobre o mundo natural, de deixar espaço para que o processo evolutivo flua sem excessiva intervenção, de garantir o livre funcionamento dos ecossistemas, garantindo assim a perpetuação do ambiente humano. Mas não apenas disso. Trata-se de criar condições saudáveis e sustentáveis de vida, ambiental e culturalmente. O déficit paulistano para com a sua própria cultura é grande neste sentido. Afinal, de quem é o cheiro que fede no rio? De quem a doença da qual padece?

Referências bibliográficas:

Anelli, Renato Luiz Sobral. Redes de Mobilidade e Urbanismo em São Paulo: das radiais/perimetrais do Plano de Avenidas à malha direcional. Em: *Arquitextos*, 2007. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/259>, 2016.

Besse, Jean-Marc. *L'Espace Public: espace politique et paysage familier*. Rencontres de l'espace public, Lille Métropole Communauté Urbaine, 2006.

Castells, Manuel. *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 1984.

ELETROPAULO, Biblioteca do CDHEI - A CIDADE DA LIGHT: 1889-1930 *The City of the Light Company*, Volume II, 1990.

Ferraz, Caio, VOLUME VIVO - Episódio 2: *A Água de Dentro*, Documentário, 2016, 11'50"

Franco, José Luiz de Andrade. Patrimônio Cultural e Natural, Direitos Humanos e Direitos da Natureza. In: Prado, Inês Virgínia; Cureau, Sandra. *Bens Culturais e Direitos Humano*. São Paulo: Edições Sesc 2015.

Ministério das Relações Exteriores do Brasil. *Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente*, em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/176-recursos-hidricos>, Dezembro, 2016.

Reclus, Élisée. O Homem e a Terra - Da Ação Humana na geografia física, 1864. In: *Élisée Reclus - Da Ação Humana na Geografia Física / Geografia Comparada no Espaço e no Tempo* - Organização e Tradução Plínio Augusto Coêlho, 2010.

Sampaio, Teodoro, *O Tupi na Geografia Nacional*, Brasileira - volume 380. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

_____, São Paulo no tempo de Anchieta, 1897. In: _____ de *São Paulo no Século XIX e outros ciclos históricos* - Coleção Dimensões do Brasil 11, 1978.

Santos, Milton, *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Edusp, 1982.

Traquino, Marta, *A Construção do Lugar pela Arte Contemporânea*. Ribeirão: Edições Húmus, 2010.

Agência das Bacias PCJ - Disponibilidade Hídrica - Águas Superficiais em <http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/disponibilidade-hidrica>, Março, 2017.

UN Water - Facts and Trends em http://www.unwater.org/downloads/Water_facts_and_trends.pdf, Março, 2017.

32a Bienal de São Paulo - Incerteza Viva, 2016 em <http://www.32bienal.org.br/pt/exhibition/h/> - último, Abril, 2017.